

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Art. 225, CF/88



INQUÉRITO CIVIL Nº: 003.0.184464/2014

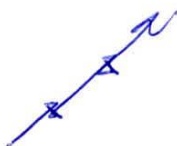
INTERESSADO: FABIANO DE OLIVEIRA SILVA

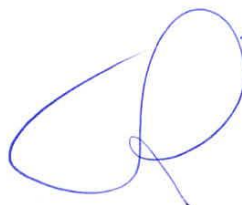
OBJETO: DANO AMBIENTAL PROVOCADO POR ATIVIDADE CERAMISTA

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

No dia 23 de outubro de 2023, compareceu perante o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, representado pelo Promotor de Justiça Regional Ambiental designado na 2ª Força Tarefa de Combate ao Desmatamento de Bom Jesus da Lapa, Dr. Jailson Trindade Neves, denominado COMPROMITENTE, o Sr. Fabiano de Oliveira Silva, inscrita no CPF sob nr. 014.519.775-14, residente na Rua João Vinte e Três, 64 – Alto Santana, município de Santana-BA, neste ato denominado COMPROMISSÁRIO, para, nos termos do § 6º do art. 5º da Lei 7.347/85, conforme redação dada pelo art. 113 da Lei 8.078/90 e pelo Novo Código de Processo Civil, firmar o presente TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA, nos autos do INQUÉRITO CIVIL de número IDEA 003.0.184464/2014 em trâmite na Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Bom Jesus da Lapa - BA, para fins de adequação da sua atividade às normas ambientais, comprometendo-se no seguinte:









CLÁUSULA PRIMEIRA:

O COMPROMISSÁRIO declara que realiza atividade de extração mineral e produção de material cerâmico e reconhece a procedência e relevância do objeto do Inquérito Civil supracitado, qual seja, a imprescindível regularização da sua atividade, com a obrigatória mudança de sua conduta, a fim de que sejam cumpridos os dispositivos da legislação de proteção ambiental, de segurança do trabalho e demais normas citadas neste Termo.

O COMPROMISSÁRIO reconhece a prática do ilícito indicado no Auto de Infração nr. 2020-002014/TEC/AIMU-0148.

CLÁUSULA SEGUNDA:

São obrigações assumidas pelo COMPROMISSÁRIO:

1. APRESENTAR e manter atualizada LICENÇA AMBIENTAL de funcionamento válida obtida junto ao órgão ambiental competente necessária ao exercício regular das atividades da empresa para o fabrico de artefatos cerâmicos, em cumprimento ao art. 2º da Resolução CONAMA 237 de 19/12/97, e Resoluções 4327/2013 e 4579/2018 do CEPRAM, mantendo-a visível e à disposição para consulta (em original ou cópia) no local;
Prazo: 120 dias.

Prazo de 120 (cento e vinte) dias para adoção da providência.



2. APRESENTAR e manter atualizada a AUTORIZAÇÃO da Agência Nacional da Mineração -ANM para a extração do material argiloso, em cumprimento ao art. 2º da Resolução CONAMA 237 de 19/12/97, Resoluções 4327/2013 e 4579/2018 do CEPRAM, e ao art. 3º da Lei 6.567/78, mantendo-a visível e à disposição para consulta (em original ou cópia) no local.

Art. 3º da Lei 6.567/78:

O licenciamento depende da obtenção, pelo interessado, de licença específica, expedida pela autoridade administrativa local, no município de situação da jazida, e da efetivação do competente registro no Departamento Nacional da Produção Mineral (D.N.P.M.), do Ministério das Minas e Energia, mediante requerimento cujo processamento será disciplinado em portaria do Diretor-Geral desse órgão, a ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei. (...)

Prazo de 120 dias para adoção da providência.

3. REQUERER ao INEMA a Outorga de Uso dos Recursos Hídricos ou a devida Dispensa de Outorga, com o respectivo projeto de vazão para o empreendimento, mantendo-o à disposição para consulta (em original ou cópia) no local, em cumprimento à Lei Estadual 11.612/09 e art. 12, Lei Federal 9.433/97;

Prazo de 30 (trinta) dias para adoção das providências (protocolo do pedido) e 120 dias para obter a autorização, devendo manter sempre válida.

4. UTILIZAR em seu processo de produção, material energético regular perante

Falcao



os órgãos ambientais competentes, com as devidas comprovações, em especial, com a NÃO UTILIZAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA ou exótica sem autorização legal.

Prazo imediato e permanente.

5. MINIMIZAR riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e proteger a saúde do trabalhador, bem como da população em geral, adequando-se à legislação trabalhista e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial ao Decreto 6.514/77, que impõe o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva adequados a todos os funcionários, assim como a instrução e o treinamento para o uso, a fiscalização e exigência do uso correto, além da reposição dos equipamentos danificados;

Prazo 60 dias.

6. Apresentar à Promotoria de Justiça relatório OBJETIVO, com a comprovação do cumprimento das medidas realizadas, para a Promotoria de Bom Jesus da Lapa, em meio físico ou pelo e-mail prema.bjlapa@mpba.mp.br no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Do funcionamento Irregular

Compensar financeiramente, em pecúnia, o valor de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) reais, o passivo ambiental referente aos danos ambientais

Fabiano

causados originados no funcionamento irregular na área de atividade do COMPROMISSÁRIO, revertido à Fundação José Silveira, a serem depositados na Conta nº 5445-3 agência 3429-0 (Banco do Brasil) desta instituição, denominada conta Mata Atlântica, cujos valores são revertidos para projetos de proteção e recuperação da Floresta Atlântica, a vencerem no 1º dia dos meses de novembro/2023, dezembro/2023, janeiro/2024, fevereiro/2024, março/2024, abril/2024, maio/2024, junho/2024, julho/2024 e agosto/2024.

7.

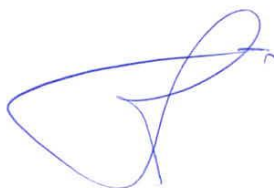
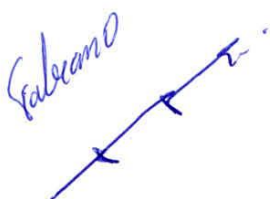
Parágrafo Único – O montante será pago todo dia 01, devendo ser pago em 10 parcelas de R\$350,00 (trezentos e cinquenta) reais cada, a partir do mês de novembro de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA:

As obrigações firmadas deverão ser transferidas de forma expressa, clara e inequívoca, em caso de eventual futura compra, venda, empréstimo, doação etc. do empreendimento, objetivando o estrito cumprimento e a adequada conduta dos terceiros e/ou sucessores.

CLÁUSULA QUARTA:

O compromisso ora assumido não restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental ou de proteção à saúde, nem limita o exercício de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.





CLÁUSULA QUINTA:

Eventual descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações aqui assumidas, nas condições e prazos estipulados no presente termo, autoriza a aplicação de CLÁUSULA PENAL, representada por multa diária de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), conforme prevê o art. 11 da Lei 7.347/85. O valor será acrescido de juros e correção monetária, enquanto constituído em mora, até que seja cumprida totalmente a obrigação e revertido ao Fundo de Meio Ambiente Municipal ou, na sua impossibilidade, ao Fundo de que trata o art. 13 do citado diploma legal.

Parágrafo único: Observado o descumprimento das obrigações assumidas, a COMPROMISSÁRIA deverá ser notificada pelo COMPROMITENTE para, em até 30 (trinta) dias, sanar as irregularidades, sendo que se não o fizer, incidirá a penalidade acima prevista a partir da notificação.

CLÁUSULA SEXTA:

Independente da aplicação da cláusula penal a que se refere o item anterior, o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste Termo importará na imediata adoção das medidas judiciais cabíveis, tanto as de natureza cível quanto as de natureza penal.

Por estarem assim comprometidos, firmam o presente Termo 02 (duas) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de Título Executivo Extrajudicial podendo ser imediatamente executado com a constatação do inadimplemento, independentemente da Ação de Execução de Obrigação de Fazer, ou de qualquer



notificação, tão logo seja homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Bom Jesus da Lapa- BA, 23 de outubro de 2023.

FABIANO DE OLIVEIRA SILVA

Compromissário

ANTONIO PLACIDO CARDOSO CALADO

Advogado – OAB nº 57210-BA

JAILSON TRINDADE NEVES

Promotor de Justiça Regional Ambiental